

COMENTA DNV • Kit CBM • MATERIAL GRATUITO

10 questões comentadas

CBM-PE • Soldado e Tenente (5 oficiais AOCP + 5 inéditas)

Questões oficiais da AOCP (PM-PE 2024, mesma banca e mesmos temas do CBM-PE) e inéditas no padrão AOCP voltadas ao bombeiro: Constitucional, ECA, Drogas e legislação dos militares de PE.

Prof. Ramon Lira e Prof. Rennan Souza • Direito na Veia

Resolva sem consultar. O gabarito comentado está no fim.

Conforme previsto nos quatro primeiros artigos da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (C) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a autodeterminação dos povos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (D) Construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como garantir o desenvolvimento nacional são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (E) A não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos são alguns dos princípios pelos quais a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Assinale a alternativa correta no que diz respeito à organização do Estado.

- (A) Observados os demais requisitos constitucionais, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependem de consulta prévia às populações envolvidas, mediante referendo.
- (B) São bens dos Estados-membros, dentre outros previstos na Constituição, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- (C) Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte, entretanto, lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas da matéria.
- (D) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados em cada legislatura para a subsequente, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo.
- (E) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, salvo nos casos de culpa.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

De acordo com o que prevê a Constituição da República Federativa do Brasil acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, é correto afirmar que

- (A) o Presidente da República pode decretar estado de sítio para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- (B) no caso de comoção grave de repercussão nacional, o estado de sítio não poderá ser decretado por mais de quinze dias, podendo ser prorrogado, de cada vez, por mais quinze dias.
- (C) para decretar o estado de defesa, o Presidente da República precisa solicitar autorização ao Congresso Nacional.
- (D) o Presidente da República pode decretar o estado de defesa nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- (E) na vigência do estado de defesa, é vedada a incomunicabilidade do preso.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Hipoteticamente foi aplicado o castigo físico em uma criança, tendo como pretexto a correção e disciplina. Nesse caso, considerando o que dispõe expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações, o responsável pelo ato estará sujeito, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a determinadas medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso. Assinale a alternativa que prevê uma dessas medidas a ser aplicada pelo Conselho Tutelar.

- (A) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- (B) Proibição temporária de contato com a criança.
- (C) Suspensão do poder familiar, se envolver familiares.
- (D) Faculdade de encaminhar a criança para tratamento especializado.
- (E) Suspensão temporária de guarda da criança até que se comprove a ausência de riscos ao infante.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Sobre a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), assinale a alternativa correta.

- (A) Promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país é um dos princípios do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad.
- (B) Oferecida a denúncia, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para apresentar resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias.
- (C) O processo e o julgamento do crime de tráfico de drogas, quando caracterizada a transnacionalidade do delito, é de competência da Justiça Estadual.
- (D) Nos termos do entendimento do STF, o tráfico privilegiado deve ser considerado crime equiparado a hediondo.
- (E) A majorante do tráfico transnacional de drogas configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não consumada a transposição de fronteiras.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Às 22h, uma guarnição do Corpo de Bombeiros é acionada porque sai muita fumaça de uma casa fechada e uma pessoa pede ajuda lá dentro. O dono do imóvel não é localizado. Segundo a Constituição Federal, os bombeiros

- (A) podem entrar imediatamente, sem consentimento do morador, para prestar socorro, mesmo à noite.
- (B) devem aguardar o amanhecer, pois à noite só se entra com consentimento.
- (C) precisam de mandado judicial, que só pode ser cumprido durante o dia.
- (D) só podem entrar com autorização escrita do comandante da unidade.
- (E) só podem entrar acompanhados de duas testemunhas.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Durante um resgate em via pública, um cidadão filma a ação dos bombeiros e publica o vídeo com o próprio nome. Considerando a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) a manifestação do pensamento é livre, inclusive de forma anônima.
- (B) a gravação depende de autorização prévia do comandante da guarnição.
- (C) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (D) a liberdade de expressão está sujeita a censura prévia em ações de socorro.
- (E) o bombeiro pode recolher o celular apenas para apagar a filmagem.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

A caminho de uma ocorrência de incêndio, viatura do Corpo de Bombeiros Militar colide com veículo de particular. Segundo a Constituição Federal, o Estado

- (A) só responde se a vítima provar a culpa do bombeiro motorista.
- (B) não responde, pois o bombeiro agia em estrito cumprimento do dever.
- (C) responde apenas se o bombeiro for condenado criminalmente.
- (D) responde subsidiariamente, depois do bombeiro.
- (E) responde objetivamente, assegurado o direito de regresso contra o bombeiro nos casos de dolo ou culpa.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Um soldado do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, em serviço, mata dolosamente um civil durante uma ocorrência. A competência para o julgamento é

- (A) do Tribunal do Júri.
- (B) da Justiça Militar estadual, por se tratar de militar em serviço.
- (C) da Justiça Militar da União.
- (D) do juiz de direito do juízo militar, singularmente.
- (E) da Justiça Federal.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Segundo a Lei Estadual 11.817/2000, a competência para aplicar as penas disciplinares previstas no Código é

- (A) inerente ao grau hierárquico do militar mais antigo presente.
- (B) inerente ao cargo ou função ocupada, e não ao grau hierárquico.
- (C) exclusiva do Comandante-Geral da Corporação.
- (D) exclusiva do Governador do Estado e do Secretário de Defesa Social.
- (E) inerente ao posto, sendo vedada a delegação.

Anote sua resposta e confira no gabarito comentado, no fim do material.

Gabarito comentado

1 • Gabarito C. A questão pede a INCORRETA. Autodeterminação dos povos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade são princípios das relações internacionais (CF, art. 4º, III e IX), e não objetivos fundamentais (art. 3º).

- **A** está correta: valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamento (art. 1º, IV).
- **B** está correta: é o texto do art. 2º.
- **D** está correta: art. 3º, I e II.
- **E** está correta: art. 4º, IV, V, VI e VII.

2 • Gabarito C. Art. 22, XI, e parágrafo único: trânsito e transporte são de competência privativa da União, e lei complementar pode autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas.

- **A** está errada: a consulta é por plebiscito (art. 18, §4º), não referendo.
- **B** está errada: terras indígenas são bens da União (art. 20, XI).
- **D** está errada: os subsídios do Governador, Vice e Secretários são fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa (art. 28, §2º).
- **E** está errada: o direito de regresso é contra o responsável nos casos de dolo ou culpa (art. 37, §6º); não há “salvo nos casos de culpa”.

3 • Gabarito E. Art. 136, §3º, IV: é vedada a incomunicabilidade do preso.

- **A** está errada: essas hipóteses (locais restritos, instabilidade institucional, calamidades) são do estado de defesa (art. 136, caput).
- **B** está errada: no sítio por comoção grave, o prazo é de até 30 dias, e cada prorrogação também é de até 30 (art. 138, §1º).
- **C** está errada: o estado de defesa não exige autorização prévia; o Congresso aprecia o decreto em 24 horas, por maioria absoluta (art. 136, §4º).
- **D** está errada: guerra e agressão armada estrangeira são causas do estado de sítio (art. 137, II).

4 • Gabarito A. Quem usa castigo físico como forma de correção ou disciplina sujeita-se às medidas do ECA, art. 18-B, aplicadas pelo Conselho Tutelar, entre elas o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico (art. 18-B, II).

- **B** está errada porque a proibição de contato não está entre as medidas do art. 18-B; é medida protetiva de natureza judicial (como na Lei 14.344/2022).
- **C** está errada porque a suspensão do poder familiar só pode ser decretada pela autoridade judicial, em procedimento contraditório (ECA, arts. 24 e 155), e não está no art. 18-B.
- **D** está errada porque o art. 18-B, IV, prevê a obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado, não mera faculdade.
- **E** está errada porque suspensão de guarda não consta do art. 18-B e depende de decisão judicial.

5 • Gabarito E. É a Súmula 607 do STJ: basta provar a destinação internacional.

- **A** está errada porque "promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país" é um objetivo do Sisnad (art. 5º, II), e não um princípio (art. 4º).
- **B** está errada porque, na Lei de Drogas, o juiz primeiro notifica para defesa prévia em 10 dias e só depois decide se recebe a denúncia (art. 55).
- **C** está errada porque o tráfico transnacional é da Justiça Federal (art. 70).
- **D** está errada porque o STF decidiu que o tráfico privilegiado não é hediondo (HC 118.533), regra hoje na LEP, art. 112, § 5º.

6 • Gabarito A. Em caso de desastre ou para prestar socorro, a entrada sem consentimento é permitida a qualquer hora (art. 5º, XI).

- **B** está errada porque a restrição ao período do dia vale só para a entrada por determinação judicial.
- **C** está errada porque o socorro dispensa ordem judicial.
- **D** está errada porque a autorização do comandante não é requisito constitucional; a própria CF autoriza a entrada.
- **E** está errada porque a CF não exige testemunhas para a entrada em caso de socorro.

7 • Gabarito C. Art. 5º, IV: é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

- **A** está errada porque o anonimato é vedado.
- **B** está errada porque a CF não exige autorização para filmar a atuação pública de agentes do Estado.
- **D** está errada porque a CF veda a censura (art. 5º, IX).
- **E** está errada porque não há previsão legal para recolher o aparelho e apagar a filmagem; isso violaria a liberdade de expressão e a propriedade.

8 • Gabarito E. Art. 37, §6º: a responsabilidade do Estado é objetiva, com regresso contra o agente que agiu com dolo ou culpa.

- **A** está errada porque a vítima não precisa provar culpa; a responsabilidade do Estado é objetiva.
- **B** está errada porque o dever de indenizar existe mesmo em atuação regular, se houver dano e nexo.
- **C** está errada porque independe de condenação criminal.
- **D** está errada porque a vítima aciona o Estado diretamente.

9 • Gabarito A. CF, art. 125, § 4º, e CPM, art. 9º, § 1º.

- **B** está errada porque a CF ressalva o júri quando a vítima é civil.
- **C** está errada porque o agente é militar estadual.
- **D** está errada porque a competência é do júri.
- **E** está errada porque não há interesse federal.

10 • Gabarito B. Art. 10: a competência é inerente ao cargo ou função ocupada e não ao grau hierárquico.

- **A** está errada: a lei afasta o critério do grau hierárquico (art. 10).
- **C** está errada: o art. 10 lista várias autoridades, não só o Comandante-Geral.
- **D** está errada: Governador e Secretário são apenas as autoridades do inciso I.
- **E** está errada: não é o posto, e o inciso IX admite delegação específica.

GOSTOU?

Continue estudando com o Direito na Veia.

Apostilas CBM-PE Soldado e Tenente

Teoria direta e questões comentadas no padrão AOCF, adaptadas ao bombeiro. Conheça em direitonaveia.com.br.

Comunidade Direito na Veia (grátis)

Entre e receba por e-mail o Mapa do Edital grátis e os avisos dos concursos: direitonaveia.com.br.

Material gratuito · Direito na Veia · proibida a revenda. Compartilhamento livre, na íntegra e com a fonte.
contato@direitonaveia.com.br · @direitonaveia.official